

Malan resistiu a mudanças no pacote

Presidente liderou esforço para que as negociações sobre a MP do Imposto não provocassem um racha na base do governo

Antes de ceder ao PFL e bater o martelo pelas mudanças na medida do Imposto de Renda, o presidente Fernando Henrique teve que convencer o ministro da Fazenda, Pedro Malan, apontado como o mais inflexível quanto à necessidade de cada uma das medidas anunciadas no dia 8. Conversou ainda com o PSDB, que desde o início assumira uma posição de defesa integral do pacote. Tanto para Malan quanto para os tucanos, o presidente foi taxativo: "A única maneira de manter a base unida é negociar e a integridade da base é tão importante quanto o resultado do pacote", explicou o presidente.

Fernando Henrique tomou consciência de que a base iria mesmo implodir quando recebeu um telefonema de Antônio Carlos na quinta-feira. O senador queria saber se haveria acordo ou confronto. Não disse ao presidente, mas já havia comentado com os políticos que, se não houvesse acordo, ele iria à tribuna para comandar a oposição, quando a MP estivesse em votação na quarta-feira. Fernando Henrique apostou no entendimento e marcou o encontro para depois da missa pelo Dia de Ação Graças.

Foi nessa conversa que Fernando Henrique informou a ACM que estava assumindo o comando das negociações. Mais à vontade, Antônio Carlos deu ao presidente a sua opinião. Disse que o governo conduzira mal o lançamento do pacote fiscal. Primeiro, por não ter consultado nenhum político nem mesmo alguns ministros com sensibilidade para as reações do Congresso. Outro erro, na visão do senador, foi o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física. Finalmente, a falta de entrosamento com o Congres-

so, o que levou os partidos da base governista a posições divergentes.

Antônio Carlos saiu do Planalto confiante num acordo. Apostava que a solução seria reduzir de 10% para 5% o aumento do Imposto de Renda para todos os contribuintes. Comunicou o resultado da conversa à cúpula do PFL e foi para o interior da Bahia. Lá, chegou a garantir: "O aumento do imposto vai ser menos de 5%".

CONVERSA

Os tucanos já previam que o governo cederia. A conversa não foi fácil, mas eles saíram com o trunfo de ter no relator da medida provisória do imposto, deputado Roberto Brant (PSDB-MG), o negociador das alternativas. As propostas foram discutidas com o presidente no Palácio do Alvorada ontem pela manhã, numa reunião em que ficou acertado ainda que o anúncio do recuo do governo seria feito pelo próprio presidente. Participaram os ministros do Planejamento, Antônio Kandir, do Gabinete Civil, Clóvis Carvalho, o secretário-executivo da Presidência, Eduardo Jorge, além do relator e do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF). Arruda ficou satisfeito: "O pacote agora ganhou um contorno político que facilitará a sua aprovação", disse o líder do governo.

Agora, o trabalho dos líderes tanto do governo quanto dos partidos aliados será no sentido de evitar que a mudança na medida provisória que prevê o aumento do Imposto de Renda passe a idéia de que o presidente Fernando Henrique Cardoso saiu derrotado numa queda-de-braço com o PFL. Em toda a base já começou um movimento nesse sentido.

Carlos Eduardo 17.6.97



Malan, inflexível, não admitia mudanças radicais no pacote fiscal anunciado pelo governo no início do ano. Precisou ser convencido por FHC